

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL**R. Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DECISÃO**

Processo Digital nº: **1006877-02.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **Ricardo Gonçalves Mendes**  
 Embargado: **ENZO SILBERMANN MENDES e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

RICARDO GONÇALVES MENDES opôs embargos à execução de alimentos que lhe movem ENZO SILBERMANN MENDES e ISABELLA SILBERMANN MENDES, afirmando ser incabível a cumulação de execuções e indevido o valor pleiteado, haja vista o excesso de execução e a não incidência de juros moratórios.

A petição inicial foi indeferida mas, depois, admitida.

Os embargados refutaram as alegações, sustentando a higidez do processo e da execução, sem erros ou excessos, pois os alimentos fixados retroagem ao tempo da citação.

O Ministério Público opinou pela admissibilidade da cumulação de processos, pelo conhecimento do insurgimento como impugnação ao cumprimento da sentença e pela delimitação do valor da obrigação dos alimentos, aplicando-se desde a época da sentença o valor então fixado, enquanto para o período pretérito convém promover-se a redução proporcional. Alvitrou, ainda, a redução do débito no tocante às despesas dos filhos que foram atendidas diretamente pelo embargante.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de insurgimento ao cumprimento de sentença, em que o devedor opôs embargos, em lugar de impugnação nos autos da própria ação. À falta de prejuízo, conhece-se da impugnação como embargos, que assim foram distribuídos e processados. Isso a despeito de ter havido intimação exatamente nos termos do artigo 475-J do CPC.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O processamento simultâneo de duas execuções distintas, nos autos do mesmo processo, pode oferecer alguma dificuldade de tramitação para a unidade judiciária, não para o executado, que tem resguardado seu direito de defesa no tocante a ambos os ritos, cada qual com suas peculiaridades. É certo que, atualmente, com as facilidades do sistema digital, as execuções passaram a tramitar separadamente. A rigor, aliás, não há cumulação de pedidos ou de processos, mas processamento de execuções distintas, nos autos, tanto que os embargos ora em curso atacam apenas a execução que se processa mediante penhora. Afasto arguição de nulidade ou de impossibilidade de cumulação.

O embargado impugna a execução, alegando que fez os pagamentos devidos nas datas e valores corretos.

Afirma que o valor da obrigação alimentar fixado na sentença em seis salários mínimos para a época da citação, o valor a ser pago a partir de março de 2012 deveria ser R\$ 3.732,00. Por outra hipótese, eventual retroação exigiria deflacionar o montante, para não se majorar indevidamente.

Surgiu um conflito.

A sentença jamais deixou de reconhecer e de aplicar a retroatividade do valor da pensão alimentícia para a época da citação inicial, limitando-se a fixar valores distintos, para períodos distintos. Fixou a pensão em R\$ 4.068,00, com reajuste anual pela variação do IGP-M, desde a data da sentença em diante. Para o período pretérito, ou seja, entre a data da citação inicial e a data sentença, prevaleceria *o valor fixado provisoriamente* (fls. 37), ou seja, os alimentos fixados provisoriamente foram tornados *definitivos* para o período de tempo que medeou até a época da sentença.

Este juízo teve a impressão de que o v. acórdão não modificou a sentença, pois reconheceu e determinou a retroatividade da obrigação, como já o fizera a sentença, e não modificou o valor fixado (fls. 45).

A questão foi discutida agora, na execução instaurada, quando este juízo enfatizou o mesmo raciocínio, impeditivo de cobrar-se valor diferente daquele arbitrado.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio do v. Acórdão proferido no Recurso de Agravo de Instrumento nº 2023023-19.2015.8.26.0000, de 4 de março transato, decidiu, no entanto, que *os alimentos fixados devem incidir a partir da citação, em substituição ao anteriormente fixado*.

Decidindo o E. Tribunal que os alimentos fixados devem incidir a partir da citação, *em substituição ao anteriormente fixado*, a interpretação extraída por este juízo, para o exato cumprimento do v. acórdão, é de que desde a data da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CÍVEL**

R. Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

citação inicial vigem pelo montante de R\$ 4.068,00, com reajuste anual pela variação do IGP-M.

A solução preconizada pelo embargante e alvitada pelo Dr. Promotor de Justiça, de deflacionar o valor, se afigura lógica mas incidiria em descumprimento da decisão judicial. Lembro, uma vez mais, que este juízo já havia equacionado o valor da pensão alimentícia em função da condição pessoal do devedor em cada período, prevalecendo certo montante entre a data da citação e da sentença, com base nos ganhos líquidos do devedor, e por valor fixo em momento posterior, pela inconveniência de utilizar-se o salário líquido como base de cálculo, haja vista a percepção de outras rendas (v. fls. 36).

Enfim, interpretando o v. Acórdão, explicitado no julgamento do recurso de agravo de instrumento, tenho que a pensão alimentícia retroage ao tempo da citação inicial pelo valor fixado na própria sentença, sem modificação, ou seja, R\$ 4.068,00, não os R\$ 3.732,00 imaginados (fls. 3). Solução diversa, que as partes não buscaram mediante embargos declaratórios, significaria descumprir a coisa julgada e exporia o juízo à hipótese de Reclamação Judicial.

Os juros moratórios incidem desde o vencimento da obrigação, sobre o valor não pago, por aplicação do Código Civil, artigos 394, 397, 404 e 407). Decorrem da impontualidade, ainda que ilíquida a obrigação – e no caso a obrigação é líquida. Incidem sobre os valores não pagos no vencimento ou sobre as diferenças devidas.

Do débito devem ser deduzidos os pagamentos parciais efetuados pelo embargante e também de despesas dos filhos, usualmente incluídas no valor da pensão alimentícia e que ele atendeu diretamente, a exemplo da despesa com saúde (mensalidade do plano de assistência médica), com educação (mensalidade escolar) e até mesmo com lazer, já que os impugnados, por intermédio de sua genitora, beneficiaram-se inclusive do pagamento de mensalidade de clube associativo. Seria injusto recusar ao impugnante compensar no valor da pensão alimentícia o montante de despesas que ele realizou em benefício do filho e que, em geral, seriam atendidas pela própria genitora, com o valor mensalmente repassado. Nesse sentido a própria sentença explicitou: *C genitor ven, atendendi despesa do: filhos, a exemplo das mensalidades escolares, independentemente de valor arbitrado inicialmente (fls. 37), razão pela qual, este juízo faz retroagir a fixação.*

Diante do exposto, acolho em parte os embargos, apenas para admitir a dedução, do valor das prestações alimentícias, do montante atinente às despesas realizadas diretamente pelo impugnante em favor dos filhos impugnados, demonstradas a fls. 128/326, com correção monetária desde as respectivas, sem incidir juros moratórios quanto a tais valores. O saldo devedor

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

será apurado em função da pensão alimentícia estabelecida, de R\$ 4.068,00, desde a data da citação inicial, com reajuste anual pela variação do IGP-M, deduzindo-se os pagamentos efetuados e o valor de tais despesas. Os juros moratórios, à taxa legal de 12% ao ano, incidem sobre o saldo devedor de cada período mensal.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos.

P.R.I.

São Carlos, 06 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**